A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: AS DISPUTAS PELA ESCOLA PÚBLICA (SÃO PAULO, 1947-1964)

Eixo Temático: Políticas educacionais e disputas pelo público na história da educação.

Carlos Alberto Diniz – Unesp Marília, Brasil
Rosa Fátima de Souza – Unesp Marília, Brasil

RESUMO

A expansão do número de escolas públicas de ensino secundário no Estado de São Paulo se deu de maneira vertiginosa entre os anos de 1947 e 1964. Até meados do século XX, a expansão do secundário ocorreu pela iniciativa particular, especialmente, pelas congregações religiosas católicas. Em relação a instituições públicas, até 1930, São Paulo possuía apenas três escolas secundárias. Entre 1930 e 1947 foram criados 58 ginásios oficiais e na década seguinte essa expansão se intensificou ainda mais. Em 1964, havia 1.147 estabelecimentos de ensino secundário no estado de São Paulo, dos quais, 684 unidades (59,6%) pertenciam à rede pública de ensino (521 cursos ginasiais – 1º ciclo do secundário – e 163 cursos colegiais, referentes ao 2º ciclo). A rede particular era constituída por 463 unidades (40,4%), sendo 363 cursos ginasiais e 100 colegiais. Governadores, deputados estaduais e lideranças políticas locais viam no aumento da oferta desse nível de ensino uma grande oportunidade política, uma vez que a escola ocupava um lugar privilegiado, dada a sua representação enquanto símbolo de modernidade, cultura e, ainda, ascensão social. Para os municípios, sobretudo os do interior, a obtenção de um ginásio público significava prestígio para o município, sendo visto como elemento imprescindível de desenvolvimento sociocultural e de modernização daquela localidade. Para os pais, a ideia de que o ensino secundário simbolizava o acesso a melhores condições de vida estava fortemente presente entre a população. Com efeito, boa parte das famílias que se sacrificavam para manter seus filhos em escolas particulares começaram a disputar vagas na rede pública de ensino secundário que começava a se estabelecer em todo o território paulista a partir de então. Esta comunicação apresenta resultados de duas investigações que têm se debruçado sobre a história do ensino secundário no estado de São Paulo considerando a expansão do ensino público e o papel desempenhado pelos atores políticos (deputados e governadores). A reflexão do presente trabalho incide no exame das disputas entre o setor público e privado na disseminação da educação secundária. Para este estudo recorremos ao referencial teórico da Nova História Política e do trabalho de Pierre Bourdieu sobre a noção de campo, e utilizamos como fontes documentais os projetos de lei de criação de ginásios e colégios (tipos de escolas que abrigavam o primeiro e o segundo ciclo do ensino secundário respectivamente) que tramitaram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no período delimitado para a pesquisa (1947-1964), relatórios dos censos realizados pelo IBGE, sinopses estatísticas do ensino secundário e artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo (OESP). As disputas pelo secundário envolveram diferentes atores políticos e sociais destacando-se as lideranças da Igreja Católica e proprietários de escolas particulares. A expansão da escola secundária foi uma conquista importante para a população paulista, pois, significou a ampliação das oportunidades educacionais para setores das camadas médias e populares. De todo

modo, não resta dúvida que a realização de estudos em torno da expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo ocorrida em meados do século XX nos possibilita compreender o papel que a escola secundária exercia na sociedade em geral, além de propiciar a reconstituição da história da educação brasileira, sobretudo no que se refere às questões ainda pouco investigadas na historiografia da educação paulista, como as que estão sendo abarcadas nesse trabalho.

Palavras-chave: História do ensino secundário. Ginásios e colégios. Campo político.